

PRÓ CIDADÃO

O Estado a serviço da cidadania

Evelyn Levy
Caio Marini

I. Antecedentes

Durante as últimas duas décadas, o setor público no Brasil avançou significativamente na construção de um marco legal de responsabilidade fiscal, desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à gestão e adoção de novas tecnologias na prestação de serviços.

No nível subnacional houve progressos importantes¹. Alguns estados pioneiros elaboraram planos de longo prazo, tem ampliado sistemas de monitoramento e avaliação, tem buscado a gestão por resultados e a associação entre planejamento e orçamento. Há progressos notáveis na área de compras e múltiplas iniciativas no campo da redução de gastos. Observam-se, igualmente, tentativas de incorporar o cidadão na definição e avaliação de políticas públicas, através de processos de planejamento participativos e regionalizados, ouvidorias, portais e consultas públicas. Na gestão do capital humano há esforços bem sucedidos na ampliação do uso de procedimentos meritocráticos, iniciativas que visam melhorar o desempenho dos servidores e um maior cuidado com a sustentabilidade das despesas com pessoal.

Entretanto, é importante assinalar que permanece existindo uma grande assimetria entre os estados, e mesmo naqueles em que os avanços foram consideráveis, verifica-se uma grande fragmentação no uso dos instrumentos e recursos de gestão, que se manifesta em vários níveis (planejamento, orçamento, processos de trabalho, informação, incentivos e gestão de competências). Ao mesmo tempo, continua existindo a brecha entre os órgãos centrais de gestão e as áreas finalísticas, com um consequente baixo impacto dessas eventuais melhorias na prestação dos serviços propriamente dita. Esse “déficit sistêmico de gestão” termina, em grande medida, por inibir a eficácia das políticas públicas, que são hoje largamente intergovernamentais, e vem mantendo elevados os custos de transação na relação dos cidadãos e das empresas com o Governo, os quais comprometem a competitividade nacional e a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Governo Federal tem coordenado a implementação de alguns programas nacionais de fortalecimento institucional dos Estados brasileiros. No âmbito fazendário, o PNAFE e o PROFISCO contribuíram para a consolidação das administrações tributárias e financeiras sob a coordenação do Ministério da Fazenda. Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) tem sido um grande parceiro dos governos estaduais, ao liderar importantes iniciativas conjuntas voltadas para a modernização do setor público, por meio do PNAGE e do PROMOEX. Particularmente, o PNAGE, que está em seu último ano de execução, vem apoiando os estados no fortalecimento de suas áreas de planejamento, orçamento, logística, patrimônio e gestão de pessoas.

Agora em coordenação com o MPOG, os Conselhos Nacionais de Secretários de Estado de Administração (CONSAD) e de Planejamento (CONSEPLAN) desejam iniciar uma nova etapa de ações que consolide os avanços alcançados e apoie o desenvolvimento da capacidade institucional e o alinhamento estratégico nos Estados, na forma de um

¹ Ver “Avanços e Perspectivas na Gestão Pública dos Estados II”, CONSAD, 2010.

Programa que contribua para a construção de uma gestão pública mais transparente, colaborativa, voltada a resultados e centrada nas necessidades dos usuários de serviços públicos (especialmente na Saúde, na Educação, na Segurança Pública, no Desenvolvimento Social e naqueles que impactam na competitividade das empresas). Para tanto, os Estados serão estimulados a compartilhar conhecimento e produtos e a aprofundar o uso de soluções tecnológicas que apoiem a colaboração, a integração e a geração de sinergia.

As lições aprendidas com a implementação dos programas mencionados constituem um insumo chave. Nesse sentido, a estruturação do novo Programa assegura a flexibilidade necessária para que os Estados desenvolvam seus projetos individuais com base em um marco estratégico comum alinhado com as prioridades nacionais identificadas em conjunto com o MPOG. Tal marco estratégico está presente na “Agenda Comum de Gestão Pública União – Estados”, celebrada entre Governo Federal e Governos Estaduais, a qualestabelece diretrizes e prioridades do no campo do fortalecimento da gestão pública, a serem implementadas no período de 2013-2016.

Os termos deste pacto foram construídos em conjunto pelos seus signatários, a partir de amplo processo de concertação, com a participação efetiva de secretarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, de dirigentes e técnicos das secretarias estaduais de administração e planejamento e de especialistas, com o apoio institucional e financeiro do BID, por meio de recursos do Fundo Geral de Cooperação da Espanha.

Em termos de sua operacionalização, os Estados poderão desenvolver seus projetos de forma autônoma e contratar diretamente operações de crédito para a implementação desses projetos. Cabe também assinalar que esse novo Programa, por sua concepção, contribuirá para que os resultados apoiados pelo PROFISCO, no lado da arrecadação, sejam melhor revertidos em benefícios para a sociedade, no lado da despesa pública.

II Visão Estratégica para o Programa

O Programa proposto pretende consolidar a capacidade institucional dos estados para que o setor público se pautar, de modo sustentável, por padrões de qualidade, eficiência, mérito, transparência e comprometimento com resultados que contribuam para o equilíbrio federativo, o desenvolvimento do País e o fortalecimento da democracia.

Tal como proposto na “Agenda”, os objetivos desse Programa também são:

- a) melhorar a qualidade dos serviços públicos disponibilizados aos cidadãos e ao setor produtivo, com foco na gestão por resultados;
- b) melhorar a eficiência e a qualidade do gasto público no curto e longo prazo;
- c) ampliar a capacidade de governança na implementação de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública;
- d) instrumentalizar as instâncias de participação social para a efetiva apropriação do controle social nos processos de formulação,

implementação, avaliação das políticas públicas, contribuindo para que os cidadãos se tornem efetivamente partícipes na atividade pública;

- e) contribuir para a realização dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, que acelerem a competitividade nacional; e
- f) promover a inovação e a gestão do conhecimento, assim como o seu compartilhamento entre as esferas de governo, a sociedade e o mercado.

III-Diretrizes sobre as áreas de atuação do Programa

As ações a serem desenvolvidas nos Estados guardarão estreita relação com projetos e iniciativas do Governo Federal, o que potencializará seu impacto e reforçará sua sustentabilidade.

O Programa atuará em torno de dez eixos temáticos, que se entrecruzam, como se vê abaixo.

Eixos temáticos:

A Agenda de Gestão Pública União-Estados está estruturada em dez eixos temáticos, a saber:

Eixo I – Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública

Eixo II – Gestão de Pessoas

Eixo III – Tecnologia da Informação

Eixo IV – Compras Governamentais

Eixo V – Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos

Eixo VI – Gestão patrimonial

Eixo VII – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Eixo VIII – Orçamento Público

Eixo IX – Gestão do Desempenho Institucional

Eixo X – Apoio à melhoria e à inovação municipal

Eixo I - Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública

Objetivo: dotar a Administração Pública de novos estatutos jurídico-institucionais para a sua atuação, sobretudo na área social, que favoreçam a maior agilidade e qualidade da ação governamental, assim como a sua segurança jurídica.

Esse eixo possui duas linhas temáticas:

- 1.1. Revisão dos modelos jurídico-institucionais de atuação da administração pública: Essa linha temática engloba a proposição de marcos legais e normativos para: a) fundação pública de direito privado; b) parceria público-privada; c) consórcio público; d) formas de relacionamento entre Governo e as entidades civis sem fins lucrativos, com ênfase nos modelos de organização social e OSCIPs; e e) conglomerados públicos.

Resultados esperados:

- novos estatutos jurídico-institucionais aprovados por leis federais e estaduais;
- metodologias elaboradas para apoio à implantação de instituições amparadas pelos novos estatutos jurídicos, no âmbito das três esferas de governo;
- agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação aos novos estatutos jurídicos.

- 1.2. Regulamentação da concessão de autonomia administrativa, financeira e orçamentária a órgãos e entidades públicos, mediante contrato: contempla a elaboração e aprovação de legislação que regulamente o §8º do art. 37 da Constituição Federal e de investimento em metodologias de negociação, implementação, acompanhamento, avaliação e controle de contratos de desempenho institucional.

Resultados esperados:

- legislações e normas federal e estaduais aprovadas, em regulamentação ao dispositivo;
- métodos e instrumentos desenvolvidos para a implantação da legislação aprovada;
- agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação à nova legislação.

Eixo II – Gestão de Pessoas

Objetivo: promover o investimento em métodos e instrumentos de gestão de pessoas sintonizados com o paradigma da gestão por resultados, que privilegiem o controle das despesas com pessoal e a gestão de desempenho profissional, baseada em critérios meritocráticos e de desempenho institucional. Esse eixo contempla o investimento na concepção e implementação de métodos de gestão por competências; de planejamento e dimensionamento da força de trabalho e de alocação de pessoal, voltados à promoção do desempenho institucional.

Esse eixo constitui-se por três linhas temáticas:

- 2.1. Desenho de sistemas de gestão por competência e sua utilização como referência para o dimensionamento e planejamento da força de trabalho, assim como para a estruturação de sistemas de avaliação de desempenho individual e institucional, com ênfase especial nos setores de prestação de serviços. Foco na saúde, educação e segurança pública e áreas meio.

Resultados esperados:

- Implementação da gestão por competência e planejamento e dimensionamento da força de trabalho, sobretudo nos sistemas federativos de políticas públicas.
- Órgãos e entidades públicas federais e estaduais com planejamento e dimensionamento da força de trabalho implementados,
- Sistemas de avaliação de desempenho individual e institucional implementados ou remodelados, com foco na gestão por resultados e no controle social, em órgãos e entidades federais e estaduais (vide Eixo X).

- 2.2. Proposição de macrodiretrizes que integrem as diferentes dimensões da gestão de pessoas em subsídio às políticas de gestão de pessoas.

Resultado esperado:

- Macrodiretrizes definidas e absorvidas nas políticas públicas de gestão de pessoas do governo federal e dos governos estaduais.

- 2.3. Estruturação de sistemas de previdência complementar, por meio da aprovação de instrumentos legais que regulamentem o art. 40 da

Constituição Federal e da implantação de entidades públicas de previdência complementar do servidor público.

Resultado esperado:

- sistemas de previdência complementar estruturados no âmbito dos estados (leis estaduais aprovadas e entidades de previdência complementar instituídas)

2.4 Implantação de sistemas de informações de Gestão de Recursos Humanos – elaboração de edital e plano de implantação e aquisição².

Resultados esperados:

- maior controle sobre a folha de pagamentos e todas as informações que lhe servem de insumo;
- informações sobre os servidores que permitam subsidiar as diversas políticas de gestão de pessoas: planejamento da força de trabalho, mobilidade, desenvolvimento, projeções de despesa de pessoal, programas de saúde do servidor e outros.

Eixo III – Tecnologia da Informação

Objetivo: promover o investimento no desenvolvimento, aquisição e aplicação dos recursos da tecnologia da informação na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e no maior segurança e confiabilidade dos dados e informações do setor público, de forma a contribuir para a gestão democrática e voltada para resultados, especialmente no que concerne à transparência, agilidade e qualidade da ação pública. São objetivos específicos desse eixo:

- desenvolver e implementar modelos de negócios que permitam a melhoria de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação nos estados, inclusive com utilização de novas formas de financiamento
- desenvolver e implementar métodos e instrumentos de serviços públicos eletrônicos, que considerem o aumento dos níveis de conectividade, tanto no provimento quanto na estruturação racional de infraestrutura tecnológica nos órgãos e entidades federais e estaduais, a melhoria das informações, da intercomunicação e da interoperabilidade desses serviços.;
- Implementar padrões de interoperabilidade e tecnológicos claramente definidos que garantam a permanência e continuidade dos

²deverá se valer da experiência da União e dos estados que já realizaram essas etapas.

investimentos, bem como a interação entre os entes federados na manipulação e tramitação de processos e documentos; e

- desenvolver métodos e instrumentos para interligar e padronizar a interoperação das informações, dos sistemas e das plataformas. Esse eixo temático deve considerar também a evolução dos marcos regulatórios tanto da Lei de Acesso à Informação quanto da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, com vistas à padronização conceitual, operacional, tecnológica e legal sobre essa questão.
- Desenvolver e implementar métodos e instrumentos para aumentar a interação e ampliar a inserção dos Governos nas Redes Sociais.
- Desenvolver e implementar modelo de Governança de TI visando promover maior articulação e sinergia entre os entes federados no campo.

As linhas temáticas a serem desenvolvidas, nesse eixo, são:

- 3.1. Identificação e implantação de novos modelos de negócios na área da tecnologia da informação e comunicação

Resultado esperado:

- novos modelos identificados e implantados.

- 3.2. Implantação de Serviços Públicos Eletrônicos acessíveis, inclusive móveis, que pressupõe a desmaterialização de processos e documentos.

Resultados esperados:

- métodos e instrumentos desenvolvidos para a ampliação e melhoria dos serviços eletrônicos de governo;
- novas tecnologias implementadas nos Serviços Públicos Eletrônicos, incluindo a definição de padrões de interoperabilidade e tecnológicos que privilegiem a segurança quanto à desmaterialização de processos e documentos;
- experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na disponibilização de Serviços Públicos Eletrônicos e na desmaterialização de processos e documentos;
- agentes públicos capacitados nos métodos e instrumentos desenvolvidos para os Serviços Públicos Eletrônicos e a desmaterialização de processos e documentos.

3.3. Interoperabilidade entre sistemas informacionais de governo (intercâmbio coerente de informações e serviços entre sistemas).

Resultados esperados:

- métodos e instrumentos desenvolvidos para interoperabilidade de sistemas informacionais de governo;
- métricas e indicadores estabelecidos para apurar os níveis de interoperabilidade entre serviços e informações;
- experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais em interoperabilidade de sistemas.

3.4. Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

Resultados esperados:

- métodos e instrumentos desenvolvidos para o atendimento da LAI e a construção da INDA;
- marco legal aperfeiçoado visando a maior concretude e clareza sobre o nível de acesso às informações, além de prever a possibilidade de oferecimento de serviços por terceiros por meio da utilização de informações e dados públicos;
- experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais em acesso à informação e dados;
- Agentes públicos capacitados para a implantação de políticas de Dados Abertos nos entes federados.

3.5. O Governo nas Redes Sociais e a Participação Popular

Resultados esperados:

- Maior inserção dos Governos Federal e Estaduais nas Redes Sociais, de forma adequada, ampliando os canais de comunicação com a sociedade/cidadão na formulação, controle e avaliação de políticas públicas.
- Serviços públicos adaptados aos tipos de linguagem específicos e mais acessíveis aos mais diversos públicos, por meio de Redes Sociais, de forma clara, objetiva e efetiva.
- Modelo referencial para uso das Redes Sociais pelos entes federados incluindo definição de tecnologias e ferramentas mais adequadas .
- Plano de ampliação da infraestrutura operacional e tecnológica existente.
- Agentes públicos sensibilizados e capacitados para a interação e ampliação do uso das Redes Sociais na comunicação e prestação de serviços à sociedade.

3.6. Governança de TI

Resultados esperados:

- Rede de gestores de TIC nos entes federados articulados e atuando com sinergia. Inclui a criação de um Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- PDTI – Planos Diretores de Tecnologia da Informação para todos os entes federados elaborados incluindo mecanismos de aferição.
- Métodos e ferramentas de apoio às tomadas de decisão para as áreas da alta administração, áreas meio e finalísticas, desenvolvidos.
- Papel das Empresas Federais e Estaduais de Processamento de Dados adaptados ao novo contexto.
- Agentes públicos capacitados para o fortalecimento da Governança de TI.

Eixo IV – Compras Governamentais

Objetivos:

- propor novos marcos legais e normativos para o processo de licitação de contratos, que propiciem celeridade e eficiência sem perda da isonomia e segurança, e que incluam a inversão de fases de julgamento e habilitação para todas as modalidades licitatórias e não apenas para o pregão;
- desenvolver um sistema integrado de compras governamentais, que englobe o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) e os atuais sistemas estaduais, que devem ser aprimorados e modernizados, tornando-os eficientes e eficazes;
- desenvolver métodos e instrumentos para a padronização de codificação e especificação unificada dos Catálogos de Materiais e Serviços. Esse eixo temático deve considerar também a padronização dos catálogos dos governos federal e estaduais;
- desenvolver métodos e sistemas que permitam o planejamento das compras públicas.

Esse eixo constitui-se por três linhas temáticas:

4.1. Revisão da lei de licitação e contratos.

Resultados esperados:

- Nova legislação para licitação e contratos aprovada;

- Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação da nova legislação de licitação e contratos;
- Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo com relação à nova legislação.

4.2. Constituição do portal de compras unificado para as três esferas de governo.

Resultados esperados:

- Sistema integrado de compras governamentais desenvolvido e implantado;
- Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação do sistema integrado de compras governamentais;

4.3. Modernização dos Catálogos de Materiais e Serviços com interface com os catálogos estaduais: padronização de codificação e especificação unificada, acessíveis aos municípios.

Resultados esperados:

- Métodos e instrumentos desenvolvidos para a padronização de codificação e especificação unificada do Catálogos de Materiais e Serviços, no âmbito dos governos federal e estaduais;
- Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na padronização de codificação e especificação unificada do Catálogos de Materiais e Serviços.

4.4 Planejamento de compras e contratações: desenvolvimento de edital e contratação de um ferramental específico e eficiente para auxiliar o planejamento de compras.

Resultados esperados:

- Sistema para o planejamento de compras governamentais desenvolvido e implantado, integrado ao sistema de orçamento;
- Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação do sistema integrado de compras governamentais;
- Capacitação dos órgãos e agentes para a utilização do sistema.

Eixo V – Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos

Objetivos:

- Incentivar as instituições a implantarem suas cartas ao cidadão, oferecendo informação completa dos serviços prestados e dos compromissos de qualidade associados, estabelecendo um relacionamento mais próximo dos públicos-alvo e permitindo constante percepção das expectativas e necessidades da sociedade.
- Desenvolver modelos de negócio e de parcerias dos serviços de atendimento, para obtenção de qualidade e sustentabilidade, a exemplo do modelo de parcerias público-privadas.
- Aprimorar a prestação de serviços ao cidadão e empresas com padrão de excelência de atendimento e baixo custo de transação.
- Desenvolver métodos e instrumentos que atendam às determinações da Lei de Acesso à Informação (LAI).
- Desenvolver modelo para gestão de identidade do cidadão.

Esse eixo constitui-se das seguintes linhas temáticas:

5.1. Implantação de cartas ao cidadão.

Resultados esperados:

- Métodos e instrumentos desenvolvidos e disseminados para a elaboração e publicação de Cartas ao Cidadão, com divulgação dos benefícios do instrumento “Carta ao Cidadão” para as três esferas da administração pública;
- Cartas ao cidadão adotadas e publicadas, no âmbito dos estados e do governo federal;
- Agentes públicos capacitados nos métodos e instrumentos desenvolvidos para a disseminação das Cartas ao Cidadão.

5.2. Desenvolvimento e implantação de modelos de negócio e de parcerias dos serviços de atendimento.

Resultado esperado:

- Novos modelos implantados.

5.3. Implantação de serviços de multi-atendimento e multi-canais: centrais de atendimento e outros.

Resultados esperados:

- Oferta de serviços multi-canal e multi-atendimento;
- Visão única das informações do cidadão, com intercâmbio de informações intra e entre esferas de governo;
- Interação com o cidadão para a inovação dos serviços e estado pró-ativo;

- Incentivo a que todo ponto de atendimento evolua para uma central integrada de atendimento ao cidadão.

5.4. Tecnologias para a aplicação da lei de acesso à informação

Resultados esperados:

- Tecnologias apropriadas à LAI desenvolvidas;
- Metodologia de implantação dessas tecnologias elaborada e aplicada;
- Disseminação dessas tecnologias nas três esferas da administração pública.

5.5. Gestão de identidade do cidadão.

Resultados esperados:

- Estudos sobre as melhores práticas a partir da experiência internacional.
- Experiências realizadas e identificação de principais obstáculos.
- Metodologia para gestão da identidade do cidadão desenvolvida.
- Agentes públicos capacitados para a implementação.

Eixo VI – Gestão patrimonial

Objetivos:

- Propor marco regulatório que estabeleça diretrizes e competências para o melhor aproveitamento sócio econômico dos bens patrimoniais.
- Integrar o sistema de gestão patrimonial com os sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública, com informação fidedigna e atualizada, especializada, e acesso ao usuário e ao cidadão, disponível em tempo real.
- Avaliar o impacto da nova contabilidade pública na gestão patrimonial

Esse eixo possui três linhas temáticas:

6.1. Elaboração de novo marco regulatório para a gestão patrimonial

Resultados esperados:

- Marco regulatório de Gestão Patrimonial aprovado;
- Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à implantação do marco regulatório de Gestão Patrimonial;

6.2. Integração do sistema de gestão patrimonial com outros sistemas

Resultados esperados:

- Edital, plano de implantação e aquisição de um sistema de gestão patrimonial elaborados. Esse sistema deve estar integrado com as bases dos sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública, com informações fidedignas e atualizadas, especializadas e de acesso ao usuário e ao cidadão, disponíveis em tempo real.
- Métodos e instrumentos desenvolvidos para apoio à integração do sistema de gestão patrimonial com os sistemas financeiro, de compras, mobiliário e de contabilidade pública;
- Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais quanto à integração dos sistemas;
- Capacitação dos agentes envolvidos.

6.3. Realização de estudo do impacto da nova contabilidade pública na gestão patrimonial

Resultado esperado:

- Estudo realizado e disseminado.

Eixo VII – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Objetivos:

- Fortalecer o planejamento como instrumento de gestão e de apoio à decisão, de integração das ações governamentais e de prestação de contas à sociedade;
- Fortalecer institucionalmente os sistemas federal e estaduais de planejamento, englobando a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP), o CONSEPLAN e as secretarias estaduais de planejamento;
- Apoiar a Elaboração dos PPA's municipais;
- Assegurar a efetiva articulação das políticas públicas expressas nos planos de longo prazo e PPA's dos entes federados por meio de práticas de cooperação e alinhamento estratégico.
- Assegurar alinhamento das estruturas implementadoras (governamental e extra-governamental) com a Agenda Estratégica.

Esse eixo possui as seguintes linhas temáticas:

7.1 Pactuação das Agendas Estratégicas de Desenvolvimento Territorial resultantes da articulação dos PPA's da União e dos Estados.

Resultados esperados:

- metodologias e instrumentos desenvolvidos para apoiar a formulação e o monitoramento das Agendas de Desenvolvimento Territorial;
- ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos resultantes das intervenções estabelecidas nas agendas de desenvolvimento territorial pactuadas entre União e Estados;
- integração das bases de dados estaduais à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE);

7.2 Apoio à elaboração dos Planos Plurianuais municipais

Resultados esperados:

- metodologias e instrumentos desenvolvidos para o apoio à elaboração dos PPAs Municipais;
- maior sinergia entre as intervenções estruturantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, com ênfase na ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos.

7.3 Aprimoramento dos sistemas federal e estaduais de planejamento, monitoramento e avaliação.

Resultados esperados:

- metodologias e instrumentos desenvolvidos para aprimoramento dos sistemas de monitoramento e avaliação dos planos plurianuais do Governo Federal e dos Governos Estaduais;
- maior sinergia entre os sistemas de monitoramento e avaliação dos planos plurianuais do Governo Federal e dos Governos Estaduais, com ênfase na ampliação da capacidade de entrega de bens e serviços públicos;
- informações e aprendizados compartilhados por meio do CONSEPLAN e da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP).

7.4. Desdobramento das Agendas Estratégicas identificando a contribuição das distintas unidades da estrutura governamental e necessidade de parcerias.

Resultados esperados:

- Planos estratégicos institucionais para órgãos e entidades da estrutura administrativa dos entes federados alinhados com a Agenda
- Bases para a contratualização interna de resultados.
- Atividades e projetos com potencial de externalização identificados e avaliados.

- Bases para a celebração de termos de parceria com agentes externos.

7.5. Prestação de contas

Resultados esperados:

- Estudo sobre alternativas metodológicas e de sistema de informação (levantamento, tratamento e disseminação)
- Informações sobre resultados obtidos ao longo da implementação das Agendas Estratégicas.
- Agentes públicos capacitados para a prestação de contas à sociedade.

Eixo VIII – Orçamento Público

Objetivos:

- melhorar a transparência, eficiência e a qualidade do gasto público visando o equilíbrio macroeconômico e o aumento da efetividade das políticas públicas;
- monitorar eventos internos e externos que afetem as previsões de receita e despesa;
- harmonizar as estatísticas fiscais subnacionais;
- avaliar os riscos fiscais e construir cenários de médio prazo, sob condições vigentes e incorporando possibilidades de mudança;
- consolidar o conceito de cidadania tributária e associar os impostos pagos aos benefícios e serviços recebidos;
- dar transparência e publicidade às informações relacionadas ao Orçamento Público;
- Identificar fontes alternativas de financiamento;
- avançar na direção de um sistema de Orçamento Por Resultados.

Esse eixo possui as seguintes linhas temáticas:

8.1 Aperfeiçoamento de metodologias e desenvolver um trabalho de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados.

Resultados esperados:

- Métodos e instrumentos desenvolvidos relacionados à previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados;

- Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na aplicação de métodos e instrumentos de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados;
- Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo na aplicação de métodos e instrumentos de previsão e acompanhamento da situação fiscal dos estados.

8.2 Promoção do fortalecimento institucional dos sistemas federal e estaduais de orçamento público.

Resultados esperados:

- Métodos e instrumentos desenvolvidos para o fortalecimento dos sistemas federal e estaduais de orçamento público;
- Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP) fortalecida e constituída em fórum de apoio e articulação para as unidades de planejamento e orçamento federal, estaduais e municipais. Alinhamento sobre os temas da área orçamentária relevantes ao fortalecimento das relações federativas;
- mecanismos elaborados de mobilização para a participação da sociedade de e fortalecimento da transparência e prestação de contas;

8.3 Promoção e difusão de metodologias e de indicadores para a avaliação de desempenho orçamentário

Resultados esperados:

- Métodos e instrumentos desenvolvidos para a avaliação de desempenho orçamentário;
- Experiências realizadas por órgãos e entidades federais e estaduais na aplicação de métodos e instrumentos relacionados à avaliação de desempenho orçamentário;
- Agentes públicos capacitados nas três esferas de governo na aplicação de métodos e instrumentos de avaliação de desempenho orçamentário.

8.4. Identificação de fontes alternativas de financiamento dos investimentos

Resultados esperados:

- Estudos sobre captação de recursos internacionais, e atração de investimento privado via concessões ou parcerias, etc. em linha com a Agenda Estratégica
- Estudos sobre o impacto fiscal futuro dessas novas iniciativas de financiamento

8.5. Aperfeiçoamento de metodologias do ciclo da gestão orçamentária de forma a

Resultados esperados:

- Estudos sobre as melhores práticas a partir da experiência internacional
- Métodos e instrumentos desenvolvidos para a implementação de um sistema de orçamento para resultados.
- Orçamento elaborado e executado de forma alinhada com os objetivos das políticas e seus respectivos programas
- Avaliação de desempenho em termos de eficiência, eficácia e efetividade do gasto.
- Agentes públicos dos entes federados capacitados

Eixo IX – Gestão do Desempenho Institucional

Objetivos:

- disseminação de referenciais para a organização das estruturas de governo, alinhadas às prioridades estratégicas da gestão pública.
- ampliar a rede brasileira de governança pública, reconhecendo instituições que possam operar as ferramentas e os instrumentos de melhoria da qualidade da gestão, a partir de critérios definidos pela Secretaria de Gestão.
- dotar o governo e a sociedade brasileiros do maior repositório de conhecimento em gestão pública da América Latina, dispondo informações a respeito de métodos, técnicas, instrumentos, experiências, boas práticas, especialistas, resultados, problemas e soluções relacionados ao tema.
- dispor referencial conceitual contendo critérios de excelência em gestão pública, com características advindas do conhecimento e das experiências nacionais e internacionais, buscando a melhoria do atendimento ao público, a melhor prestação de serviços à sociedade e a elevação dos níveis de governança de órgãos e entidades públicos.
- acompanhamento e avaliação do desempenho das ações de governo, com base em referenciais voltados à gestão por resultados.

Esse Eixo possui cinco linhas temáticas

9.1. Orientações sobre a organização da macro-estrutura e estruturas de governo.

Resultados esperados:

- Desenvolvimento e disseminação de métodos e instrumentos para organização da macro-estrutura e das estruturas de governo;
- Compartilhamento de experiências entre órgão e entidades públicos;

- Capacitação de agentes públicos nos referenciais metodológicos desenvolvidos.

9.2. Criação do observatório brasileiro de governança pública (repositório do conhecimento no Brasil).

Resultados esperados:

- Revitalização do portal da gestão pública, ponto de convergência do conhecimento em gestão pública;
- Realização de parcerias com instituições especialistas na temática de gestão do conhecimento;
- Adoção de métodos, técnicas e instrumentos de gestão do conhecimento em gestão pública;
- Capacitação de atores públicos em gestão do conhecimento em gestão pública.

9.3. Adoção de referencial comum de excelência no sistema de gestão pública

Resultados esperados:

- Atualização dos referenciais (prescritivo e descritivo) do modelo de excelência em gestão pública;
- Atualização do sistema de pontuação dos critérios de excelência e desenvolvimento / disseminação de um aplicativo para uso pelos órgãos e entidades da administração pública;
- Realização de oficinas para aplicação do referencial de gestão pública;
- Capacitação de atores públicos no referencial de gestão pública.

9.4. Fixação de sistema de indicadores de desempenho de governo

Resultados esperados:

- Desenvolvimento / atualização e disseminação de métodos e instrumentos relacionados a indicadores de desempenho;
- Desenvolvimento de tecnologias para avaliação e controle do desempenho de governo;
- Compartilhamento de resultados e de experiências de órgãos e entidades da administração pública;
- Capacitação de agentes públicos nos métodos desenvolvidos.

9.5. Articulação com a iniciativa privada - Estabelecer mecanismos de certificação de entidades privadas (formação do mercado)

Resultados esperados:

- Elaboração e disseminação de critérios para adesão à rede brasileira degovernança pública;
- Certificação dos agentes participantes da rede;
- Avaliação dos resultados da atuação dos agentes, visando ao impacto positivo na agenda de melhoria da gestão.

Eixo X – Apoio à Melhoria e à Inovação Municipal

Objetivo: este eixo visa incluir os municípios nos eixos da Agenda de Gestão Pública União-Estados, com ênfase nos investimentos nas áreas de compras governamentais; gestão de pessoas e atendimento aos usuários dos serviços públicos.

Resultados esperados:

- Constituição do portal de compras unificado para as três esferas de governo.
- Implementação da gestão por competência e planejamento e dimensionamento da força de trabalho, sobretudo nos sistemas federativos de políticas públicas.
- Visão única das informações do cidadão, com intercâmbio de informações intra e entre esferas de governo;
- Apoio à implantação da Lei de Acesso à Informação.

II. Diretrizes para a construção do Programa

- a. Processo coletivo agregando o Governo Federal, as Secretarias Estaduais e o BID, já realizado;
- b. Construção conjunta de projetos entre secretarias de Planejamento e/ou Administração/Gestão e secretarias finalísticas, a partir dos seus respectivos planos estratégicos³;

³O ProCidadão poderia apoiar a elaboração de planos estratégicos nas secretarias finalísticas dos Estados, cujas ações viessem a ser apoiadas pelo Programa.

III. Diretrizes propostas para a Operacionalização

A operacionalização do programa deverá contemplar:

- a. o fortalecimento do papel estratégico do Governo Federal, a ser exercido pelo MPOG, como coordenador do conteúdo técnico, promotor e facilitador da realização do Programa, já realizado resultando na “Agenda Federativa de Gestão Pública”;
- b. o compartilhamento e identificação de boas práticas, a serem depositadas em um repositório de boas práticas de gestão, tal como previsto na criação do “Observatório” (ver eixo IX);
- c. o respeito à heterogeneidade dos estados e a possibilidade de elaboração de projetos individualizados, para os quais seria disponibilizado apoio técnico;
- d. a integração e a colaboração entre os níveis governamentais e entre secretarias-meio e secretarias finalísticas;
- e. a criação de uma instância composta pelo MPOG, CONSAD, CONSEPLAN e BID para acompanhamento sistemático, avaliação e orientação estratégica. Tal comitê deverá se reunir ao menos duas vezes ao ano e tornar públicos os resultados do programa.
- f. a existência, em cada Estado, de uma instância semelhante, composta pelos titulares das áreas de Planejamento, Administração/Gestão e as secretarias finalísticas beneficiadas pelo Programa, para acompanhamento do mesmo.
- g. criação de um sistema informatizado para a gestão dos projetos financiados e acompanhamento de resultados de alto nível por meio de indicadores de acesso público.
- h. criação de unidades estaduais de coordenação capacitadas, em que as secretarias meio e finalísticas estejam representadas e redes de responsáveis pelo acompanhamento do Programa.
- i. estabelecimento de prazos-limite de execução dos projetos e possibilidade de remanejamento de recursos não utilizados entre áreas beneficiadas.
- j. criação de um banco nacional de consultores credenciados